



CONSTRUINDO-SE MENINOS E HOMENS ENTRE PROPOSIÇÕES E SILÊNCIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Rosilene Mazzarotto¹
Fernando Seffner²

Resumo

Este artigo põe em discussão parte dos resultados de uma pesquisa de mestrado em andamento que indaga sobre a construção de masculinidades dentre os jovens beneficiários, com idades entre 16 e 17 anos, incluídos no Programa Bolsa Família desde a infância. Afilhando-se aos campos dos estudos de gênero e das vertentes pós-estruturalistas, problematiza o lugar de sujeito que a Política destina aos jovens, bem como os enunciados que veicula sobre o que se espera de mulheres e homens. Considera ainda, possíveis efeitos que o discurso de responsabilização das mulheres/mães em contrapartida com a invisibilidade dos homens, pode ter sobre as masculinidades destes jovens.

Palavras-chave: Políticas Públicas, gênero e masculinidades.

Recortes da Pesquisa

Apresentamos parte de uma pesquisa de mestrado em andamento na cidade de Porto Alegre – RS. Procuramos entender que posições de sujeitos o Programa Bolsa Família (PBF) desenha para os jovens homens beneficiários e como estes, constroem suas masculinidades, considerando que políticas públicas produzem interpelações e geram posições de sujeito. Para tanto, fazemos emergir discursos sobre masculinidades dentre os beneficiários do PBF, relacionando-os com os discursos que o próprio Programa põe em circulação.

Recortamos um grupo específico dentre a população alvo do PBF e buscamos entender como se constroem os jovens homens inseridos, há muitos anos, no Programa, saber como gênero atravessa a vida destes meninos a partir desta biopolítica que, por certo, não promove uma gestão total, mas importante principalmente, em relação ao processo de escolarização e a proposição de projetos de vida.

Na primeira parte do texto apresentamos diversos atravessamentos de gênero e como ele organiza o PBF, na segunda parte analisamos brevemente parte do material empírico que nos possibilita pensar/localizar subjetividades dentro do Programa.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, rosimazz@hotmail.com .

² Doutor em Educação, professor no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, fernandoseffner@gmail.com.





Generificação e Biopolítica


O PBF, criado em 2003, alcança, atualmente, quase 14 milhões de famílias no Brasil. Em Porto Alegre, mais de 51 mil famílias são beneficiárias, o Programa oportunizou que milhões de famílias passassem ou permanecessem dentro da política e das suas condicionalidades. Uma maquinaria deste tamanho, com múltiplas engrenagens produz efeitos sobre a população categorizada como beneficiária/o, muitos destes efeitos foram previstos e desejados, outros, por certo, surgiram dos escapes e fissuras.

O Programa Bolsa Família definiu, desde sua concepção, as mulheres, como beneficiárias preferenciais e responsáveis familiares, é possível argumentar que se trata do reconhecimento de que, nas famílias mais pobres, quem efetivamente assume as atribuições de cuidado e zelo, na maioria dos casos, são as mulheres. Por outro lado, esta escolha desresponsabiliza os homens e resulta num acúmulo de funções para as mulheres, que são chamadas a assumir junto com o poder público a promoção da saúde e da educação. Segundo Dagmar E. Meyer e Carin Klein “este contexto/situação integra um movimento de “generificação da inclusão social” (2013 p.2). Gênero desempenha, assim, um lugar central, organizador do Programa.

Quando o benefício é estendido a uma mulher, gera inúmeras relações e promove a inclusão no sistema financeiro de milhões de mulheres que nunca tiveram acesso a uma conta bancária, ou a um ‘ganho’ fixo mensal, possivelmente existam inúmeras consequências não mensuráveis, resultantes desta decisão. Em contrapartida, a dupla responsabilização não promove um deslocamento do que era considerado fazer feminino. Assim, as mulheres são “posicionadas como importantes agentes de implementação de ajustes econômicos-sociais que redundam em cortes e/ou diminuição de serviços sociais – a chamada “ressignificação das funções do Estado”, produzida pelas políticas neoliberais.” (MEYER et ali, 2012, p.887). Ou seja, as mulheres assumem o lugar do cuidado, o lugar de provedora, junto com o Estado e são cooptadas pela política a também reproduzirem seus efeitos como parte atuante do maquinário.

A Política ensina, no seu formato, gênero. Com isto, afirmamos que posiciona as mulheres como mães e ensina que ser mulher/mãe é dar conta das condicionalidades e responsabilizar-se pelos seus filhos, ao mesmo tempo que invisibiliza os homens e não tem estratégias para que os mesmos possam romper com o modelo de desresponsabilização que parece instalar-se. O Programa ora atua como pedagogia de gênero, ora como tecnologia de





gênero, esta atuação não é marcada por alternância, e sim por uma engrenagem contínua, que ensina e produz homens e mulheres, veicula muitos dos discursos que fabricam práticas cotidianas entre os beneficiários, técnicos, professores, mídia, equipamentos, enfim, a maquinaria.

Tereza de Lauretis instiga pensar gênero como um produto, processado pela maquinaria de tecnologias sociais, tomando vários aparatos técnicos e biomédicos.

[...] desta forma propor-se-ia que também o gênero, como representação e como autorrepresentação, é produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos, epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como as práticas da vida cotidiana (LAURETIS, 1994, p. 208).


Então, um dos possíveis efeitos indesejáveis do PBF é deixar à margem, invisibilizados, os jovens, produzindo e reproduzindo, assim, masculinidades que se apoiam nas construções normativas, reforçadas por essa maquinaria gigante que faz um importante enfrentamento à pobreza, mas que segue reforçando e (re)produzindo práticas sociais de gênero e sexualidade marcadas pela normalização.

As mulheres são chamadas a assumirem o acompanhamento das condicionalidades do PBF, é sobre o corpo delas que recai, também, a responsabilidade da contracepção ou da concepção. Parte da condicionalidade da saúde é o acompanhamento de todas as mulheres em idade fértil, dos 14 aos 44 anos. A estrutura do Programa não contempla ações ou condicionalidades voltadas aos homens. Analisando as noções de família nas políticas públicas MEYER e FERNANDES percebem:

Um aspecto importante que temos destacado é que um dos efeitos de poder (não esperado) da incorporação (reivindicada e desejada) de noções mais abertas e flexíveis de família, nesses programas, parece ser a “naturalização” da ausência de um homem-pai nos núcleos familiares mais pobres e, sobretudo, sua “desresponsabilização” pela vida das crianças que o integram. Isso tem se traduzido, por um lado, no posicionamento do Estado no lugar de autoridade conferido ao pai na família mononuclear moderna e, por outro, na sobreposição de uma parte significativa dos deveres até então definidos como “paternos” (sobretudo aqueles vinculados ao provimento do lar) aos já consagrados “deveres maternos”. (2012 p. 444).

O que todo esse silêncio diz sobre os homens? O que as falas dos jovens acompanhados por esta pesquisa e das responsáveis familiares acompanhadas pela condicionalidade da frequência escolar, dizem sobre os homens? O que as pesquisas de opinião dizem sobre os homens? Durante a pesquisa localizamos o que nos parece ser um enunciado: *Homens pobres não se responsabilizam pela família e não são confiáveis*. Nos ensina Foucault, que um enunciado não existe sozinho, ele precisa estar correlacionado com





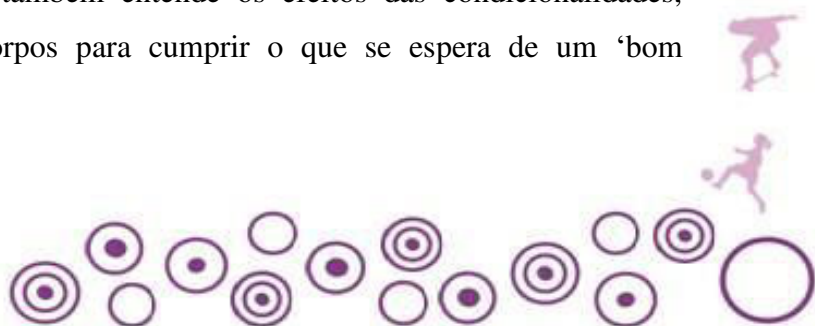
outros enunciados, não possui uma unidade material com início e fim, sendo também linguístico: “[...] não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função que cruza o domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (Foucault, 2012, p. 105). Conjuntos de enunciados são construídos pela Política, pelos beneficiários e pela população, quer sejam afirmativos ou pejorativos, revelam, reclamam, posicionam e inscrevem sobre os corpos e discursos dos jovens beneficiários possíveis lugares de sujeito. Apostamos também, que o silêncio produz, ensina, mesmo quando não fala dos homens, o programa os posiciona como sujeitos.

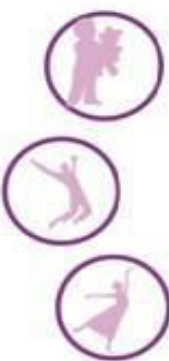
Ao desnaturalizar gênero é preciso também, entender sexo e corpo como construções. Para Judith Butler (2003), o gênero não está para a cultura, assim como o sexo não está para a natureza. Guacira Lopes Louro (2007, p. 25) percebe que muitas práticas e linguagens “constituíam e constituem sujeitos femininos e masculinos; foram e são produtoras de ‘marcas’”. Para que esta constituição aconteça, há um processo onde se envolvem família, escola, mídia, economia, amigos, enfim, uma imbricada rede de relações. É importante salientar que os homens e mulheres não são meros receptores da ação de outros, participam ativamente do processo, “[...] há um investimento continuado e produtivo dos próprios sujeitos na determinação de ser ou “jeitos de viver” sua sexualidade e seu gênero” (Louro, 2007, p. 26). Mesmo que estes jovens homens não saibam exatamente o que estão produzindo, também se produzem ao viver.

Mas o que é um jovem/homem? E como percebem a escola e a condicionalidade da educação nas suas vidas? Quando entrevistamos jovens, com idade entre 16 e 18 anos, beneficiário do PBF, as respostas versaram sobre a construção de um homem de sucesso, responsável e heterossexual, que precisa de um certificado escolar de, no mínimo, Ensino Médio para “ser alguém na vida”.

Nem mulheres/mães, nem homens/pais – as crianças cresceram: Novas subjetividades no PBF

Buscamos, com esta pesquisa, evidenciar discursos que circulam sobre e entre os jovens beneficiários do PBF. Nos deparamos com uma geração que cresceu mediada e atravessada pelo Programa. Que reconhece a importância do benefício para o acesso às mínimas condições de vida, mas que também entende os efeitos das condicionalidades, conformam seus comportamentos e corpos para cumprir o que se espera de um ‘bom beneficiário’.





Nosso recorte são os jovens homens que não abandonaram os estudos e assim, cumprem com a condicionalidade da frequência escolar, a única, que nesta idade recai sobre eles. Por certo, se a pesquisa fosse feita com alguns dos inúmeros jovens que abandonaram a escola, outras seriam as respostas, outro seria o material, outras seriam as questões e conclusões.

Estes jovens que entrevistamos acreditam na escolarização como uma possibilidade para a superação da pobreza. Apostam na conclusão do Ensino Fundamental e Médio como meio imediato para alçar a outro patamar, o da empregabilidade. O que é corroborado pelas pesquisas de diferentes institutos, nacionais e internacionais, que apontam como pressupostos para a superação da pobreza um investimento no desenvolvimento de habilidades e competências, um investimento no ‘capital humano’.


Sou jovem. Não sou um homem ainda, homem que é homem se sustenta, sustenta a casa e eu ainda não me sustento. Não tenho trabalho, só fico em casa cuidando da casa e da minha irmã. (beneficiário, 16 anos, estudante do Ensino Fundamental EJA).

Sou um homem, sim porque pros meus pais, desde que eu tinha 16, assim 17, nunca pedi pra eles nada, sempre conquistava, pra ter (né?) minhas coisas. Quem é que conquistou fui eu. Uma camisa? fui eu que trabalhei pra conquistar. Eu trabalho pra conquistar minhas coisas. Porque eu penso assim ó, se eu to com 16, 17 e meus pais tem que sustentar (né?) minha irmã e o meu irmão, daí eu não vou pedi pra ele, as coisas, porque eu sei que o dinheiro que ele tem é pra botar (né?) em casa. Daí eu penso assim, entendeu? Tudo que eu tenho quem é que trabalha pra ter, sou eu. (beneficiário, 18 anos, estudante do Ensino Fundamental EJA).

Tomamos dois excertos, extraídos de entrevistas realizadas no início do ano de 2018, os dois são homens cis e se identificam como do gênero masculino, mas isso não é o bastante par torná-los homens. O ‘rito de passagem’ está claramente demarcado pela capacidade de produzir-se como um corpo que se sustenta, que pode trabalhar, gerar, produzir ou obter renda.

Ocorre vivemos tempos de desemprego, de trampo, de qualquer trabalho, qualquer boca a qualquer valor de pagamento e a carne mais barata do mercado é também a mais vulnerável. Kamila Lockmann, em sua tese de doutorado (2013), demonstra como as Políticas de Assistência Social, dentre elas o PBF, atuam como estratégias da governamentalidade, propondo ações onde o sujeito opere sobre si mesmo, suas condutas e comportamentos para manter-se incluído como “sujeito ativo do jogo econômico neoliberal” (2013, p. 124) mesmo





que seja como endividado. Maurizio Lazzarato (2013) mostra que no momento que os direitos sociais passam a prescrever obrigações, deslocam o sujeito da posição de cidadão de direitos para a posição de sujeito endividado. O Neoliberalismo transformou os direitos sociais em dívidas sociais.

Seria a dívida social um possível legado, herança recebida por essa geração? Uma geração que precisa ser alguém? Que precisa dar certo? Que teve, pela primeira vez a oportunidade da educação e sobre a qual se deposita inúmeras dúvidas e expectativas? Segundo Lazzarato (2013) o reembolso desta dívida não se fará por moeda, mas sim por um investimento que possibilite cada sujeito a maximizar sua empregabilidade e inserção no mercado de trabalho.

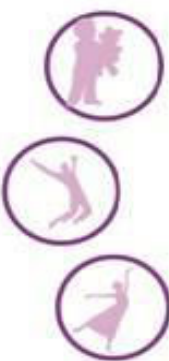
Identificamos que os jovens que permaneceram na escola, atravessados pelas condicionalidades, se constroem preocupados em se distanciar da trajetória de seus pais. Homens que, na maioria dos casos que tomamos, ‘não deram certo’, abandonaram a família, não tem como garantir a subsistência, não se colocam como provedores, são ausentes e quando presentes, ainda precisam do Programa para a sobrevivência. Percebem que as mães, quando amparadas pelo PBF, assumem responsabilidades e colocam-se em posições que eles mesmos pretendem assumir quando adultos.

Seguimos por estes rastros enunciativos buscando elementos, composições, conformações que nos mostrem um pouco mais sobre masculinidades e seus atravessamentos. Até o momento temos mais perguntas do que respostas, as perguntas iniciais e as que se somam na caminhada têm movido o percurso da pesquisa.

Referências

- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- KLEYN, Carin. *Um cartão [que] mudou nossa vida?: maternidades veiculadas e instituídas pelo Programa Nacional Bolsa-Escola*. Dissertação de Mestrado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto alegre, 2003.
- LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- LAZZARATTO, Maurizio. *La fabrica delhombreendeudado – ensaio sobre lacondición neoliberal*. 1ª edição. Buenos Aires: Amorrortu, 2013.





LOCKMANN, Kamila. *A proliferação das Políticas de Assistência Social na educação escolarizada: Estratégias da governamentalidade neoliberal*. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LOURO, Guacira Lopes(org). *O corpo educado*. 2ª ed, 3ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MEYER, Dagmar, KLEYN, Carin e FERNANDES, Letícia Prezzi. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(2): 433-449, maio-agosto/2012.

MEYER, Dagmar e KLEYN, Carin. *Um olhar de gênero sobre a inclusão social*. Trabalho apresentado no GT 23. Anais da 36ª Reunião Científica da ANPED. Goiania, Outubro, 2013.

Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt23_2576_texto.pdf Acesso em: 12/05/2018.





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG

Catálogo na Publicação:

Bibliotecária Simone Godinho Maisonave – CRB -10/1733

S471a Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade (7. : 2018 : Rio Grande, RS)

Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande : Ed. da FURG, 2018.

PDF

Disponível em: <http://www.7seminario.furg.br/>

<http://www.seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/>

ISBN:978-85-7566-547-3

1. Educação sexual - Seminário 2. Corpo. 3. Gênero 4. Sexualidade I. Ribeiro, Paula Regina Costa, org. [et al.] II. Título III. Título: III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. IV. Título: III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade.

CDU 37:613.88

Capa e Projeto Gráfico: Thomas de Aguiar de Oliveira
Diagramação: Thomas de Aguiar de Oliveira

